

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

RELATÓRIO ANUAL - 1997

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Secretário

Antônio Robespierre Lopes dos Santos
Subsecretário

Nilton de Arruda Oliveira Júnior
Assessor Chefe

Maria das Graças Torreão Ferreira
Coordenadora Central de Desenvolvimento Urbano

Carlos Geraldo Dias Pimentel dos Santos
Coordenador Central de Planejamento e Promoção Econômica

Lutero Maurício Miranda de Souza
Coordenador Central de Planejamento Ambiental

Lícia Margarida Edvardsson
Coordenadora Administrativa

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Presidente

Edson Silva Hadad
Chefe de Gabinete

Terezinha Lúcia Gonsalves Rios
Assessora Chefe

Liliane Ferreira Mariano da Silva
Gerente de Desenvolvimento Municipal

Floro Edmundo Freire Neto
Gerente de Informações

Iara de Souza Bahia Diniz Borges
Gerente Administrativo-Financeira

SEPLAM / FMLF

RELATÓRIO ANUAL - 1997

	Página		Página
APRESENTAÇÃO	5	Largo da Soledade	22
1. INTRODUÇÃO	7	Morro do Cristo	22
2. ATUAÇÃO EM 97	9	Largo dos Aflitos/Belvedere	24
2.1. PROJETOS EMERGENCIAIS DE ORDENAMENTO URBANO	11	Outras praças	24
2.1.1. Ordenamento do Setor Terciário	12	2.2.2. Tratamento Paisagístico	25
2.1.2. Gestão Diferenciada de Entulho	12	Avenida Garibaldi	25
2.1.3. Combate à Poluição Sonora	13	Avenida Juracy Magalhães	25
2.1.4. Moralização da ação fiscalizadora	14	Av. ACM	25
2.2. FORMAÇÃO DE ESTOQUE DE PROJETOS	15	2.2.3. Proteção às áreas com recursos naturais	26
2.2.1. Requalificação de áreas verdes e espaços abertos	16	Parque da Cidade	26
Praça da Inglaterra	16	Parque Metropolitano de Pirajá/São Bartolomeu	26
Campo Grande	17	Áreas non Aedificandi	31
Praça da Piedade	17	2.2.4. Circulação e transporte	32
Largo da Eubiose	19	Estacionamentos e Circulação na Área Central	32
Largo da Sagrada Família	19	Estudo de Avaliação do Impacto do Plano de Obras	32
Mirante do Bonfim	19	Viárias	
Largo de Pirajá	21	2.2.5. Urbanização	33
Marco de Fundação da Cidade	21	Plano Urbanístico e Desenho Urbano para a Barra	33
Largo da Lapinha	22	Passeio Marítimo Ondina/Rio Vermelho	34
		Praça IBR/Praia dos Deficientes	34
		Plano Urbanístico para o subúrbio Ferroviário	37
		Reestruturação da Orla Marítima - trecho Jardim de	37
		Alá/Sereia de Itapuã/Praias do Flamengo	

	Página		Página
2.2.6. Valorização do Centro Histórico	40	Revisão da legislação de Poluição Sonora	53
Edifício-garagem da Barroquinha	40	Código do Meio Ambiente	53
Centro de Serviços Administrativo	40	Minutas de projetos de lei e decretos ajustando a LOUOS	53
2.2.7. Melhoria da imagem da Cidade	43	2.4.4. CONDURB	54
Mobiliário urbano	43	2.5. OUTRAS ATIVIDADES	56
Barraca de Coco	43	2.5.1. Sistema de Informações	57
Barraca de Baiana de Acarajé	43	Informações Sócio-econômicas	57
Barraca de Praia	43	Numeração métrica linear	57
Despoluição Visual	46	Maquete da Cidade	58
Sinalização Viária e Turística	46	Cadastro de Salvador	58
2.3. INSERÇÃO INTERNACIONAL DE SALVADOR	48	Geoprocessamento	59
2.3.1. Participação em Redes de Cidades	49	Biblioteca	61
2.3.2. Salvador 450 anos	49	2.5.2. Educação Ambiental	62
2.4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	50	2.5.3. Desenvolvimento Econômico	62
2.4.1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	51	2.5.4. Treinamento e Qualificação de Pessoal	64
2.4.2. Plano Estratégico	51	2.5.5. Participação no Comitê Técnico do Programa Comunidade Solidária	65
2.4.3. Atualização e aprimoramento da legislação urbanística	52	2.5.6. Participação em Conferências, Seminários, Feiras e Outros Eventos	65
Adequação do Código de Obras com vistas à eficiência energética	52	3. IMPRENSA	67
Revisão da legislação referente às ANEs	52		

APRESENTAÇÃO

O presente relatório contempla as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico no ano de 1997, cuja missão é a de **planejar e promover o desenvolvimento físico-ambiental e sócio-econômico do Município, visando a melhoria da qualidade de vida de sua população.**

Ao assumir a administração municipal, em janeiro deste ano, o Prefeito Antônio Imbassahy deparou-se com um quadro caótico e de abandono da estrutura física da Cidade, além da perda das condições de governabilidade, cujas causas principais foram a descontinuidade administrativa, a perda da autoridade municipal e da capacidade de investimentos da Prefeitura. Esta situação condenava a Cidade do Salvador, não só à deterioração dos seus ineficientes sistemas urbanos e à estagnação econômica, como também à degradação social de sua gente.

Os seis primeiros meses da administração foram gastos na recuperação das condições físicas da Cidade e, sobretudo, da autoridade e da capacidade de investir, de modo a torná-la apta a receber novos financiamentos de organismos nacionais e internacionais.

A situação em que Salvador se encontrava não é singular entre as cidades brasileiras. O modelo de desenvolvimento adotado pelo país e a forma como se deu a urbanização se refletem na dimensão dos problemas com que se defrontam nossas cidades: irregularidade e precariedade do sistema de transporte e acessibilidade, ineficiência no controle e tratamento dos resíduos, comprometimento ambiental - particularmente o atmosférico e o sonoro -, desastres com perda de vidas provocados pela ocupação desordenada do solo, déficit de áreas verdes e espaços abertos, aumento da pobreza, segregação sócio-espacial, desemprego e violência.

Mas se é nas cidades que se tornam visíveis esses problemas, também é nelas que se apresentam as condições para refletir sobre eles e superá-los.

A administração Imbassahy concebe o processo de recuperação de Salvador a partir de um conjunto de medidas que deverão ser implementadas com o firme propósito de estabelecer as bases da governabilidade do Município, em sintonia com o movimento de idéias, valores e princípios que informam os programas de modernização do setor público e de preparar a velha Cidade do Salvador para um novo ciclo de desenvolvimento em bases sustentadas, que preserve o legado de suas mais caras tradições e, ao mesmo tempo, suscite e potencialize novas vocações, em um mundo cada vez mais globalizado.

Neste sentido, a Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, juntamente com os organismos da administração indireta a ela vinculadas – Fundação Mário Leal Ferreira e Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo – concentrou seus esforços no ano de 1997 no desenvolvimento de projetos que enfatizam a recuperação urbana, o enfrentamento dos problemas relacionados com o mercado de trabalho informal, a qualidade de vida urbana-ambiental e a valorização da imagem da Cidade.

Temos, assim, desenvolvido esforços e ações de modo a buscar soluções para as questões emergenciais, como também para equacionar os problemas estruturais da Cidade do Salvador.

Salvador, 31 de dezembro de 1997.

MANOEL R. G. LORENZO
Secretário Municipal do Planejamento

1. INTRODUÇÃO

Integram a estrutura de planejamento do Município, além da Secretaria, a Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF e a Superintendência de Controle do Ordenamento do Uso do Solo – SUCOM.

Como grande alteração na estrutura organizacional promovida por este governo nos órgãos da área de planejamento, destaca-se a incorporação das funções de planejamento e desenvolvimento do meio ambiente, antes exercidas pela extinta Secretaria do Meio Ambiente – SEMEA e a incorporação da função de desenvolvimento de projetos arquitetônicos, pelo vazio deixado pela extinção da RENURB e da FAEC.

Por outro lado, saíram do âmbito da SEPLAM as funções de programação e orçamento – transferidas para a SEFAZ, e de modernização administrativa – deslocada para a SEAD.

A incorporação da antiga SEMEA à estrutura de planejamento da SEPLAM vem ao encontro da necessidade de articular as atividades de planejamento urbano e ambiental, tradicionalmente circunscritas em estruturas distintas, o que às vezes dificultava uma compreensão mais integrada dos problemas da Cidade e, por conseqüência a articulação das proposições e intervenções na Cidade.

Neste novo contexto, o ano de 1997 caracterizou-se pelo desenvolvimento de trabalhos que fizessem a SEPLAM ser uma Secretaria presente no dia a dia da Cidade, e, ao mesmo tempo, em permanente articulação com as demais unidades da PMS.

Importante destacar que a articulação dos órgãos de planejamento – SEPLAM, FMLF e SUCOM – contou com a realização de um seminário interno para definição do **Plano Estratégico do Sistema de Planejamento**.

As ações desenvolvidas por estas unidades podem ser assim sintetizadas:

- planejamento e desenvolvimento urbano;
- planejamento e desenvolvimento do meio ambiente;
- planejamento e promoção econômica;
- projetos urbanísticos;
- projetos arquitetônicos;
- sistema municipal de informações;
- controle e ordenamento do uso e ocupação do solo do Município.

Dada a insuficiência de pessoal técnico do quadro, e, visando ampliar a possibilidade de apresentação de projetos, complementando aqueles desenvolvidos internamente, optou-se pela terceirização de alguns projetos, tendo sido contratados diferentes escritórios de arquitetura no decorrer do ano.

Importante ressaltar a permanente articulação da Secretaria com as demais unidades da PMS no desenvolvimento de seus trabalhos, destacando-se:

- Relocação dos Ambulantes - SEPLAM/SESP/SMTU/SET/SURCAP/SUMAC/SETRADS;
- Praças - SEPLAM/SEMIN/SUAVE;
- Orla - SEPLAM/SESP/SEMIN;
- Salvador 450 anos -SEPLAM/EMTURSA/FGM/Coordenadoria. de Projetos Especiais.

Além disso, buscou-se, no desenvolvimento dos trabalhos uma permanente articulação com o Governo do Estado, com a comunidade e com entidades da sociedade civil, a exemplo do Plano Estratégico da Cidade, do Projeto do Parque São Bartolomeu e da Relocação dos Ambulantes, dentre outros.

2. ATUAÇÃO EM 1997

Para a melhor compreensão do presente relatório, na apresentação dos trabalhos desenvolvidos durante o ano foram os mesmos agrupados por grandes blocos, como se segue:

- a) projetos emergenciais de ordenamento urbano - engloba projetos e ações que atendam a questões mais urgentes de ordenamento, identificadas no início da gestão;
- b) formação de estoque de projetos - projetos que objetivam subsidiar o Governo Municipal para um melhor desenvolvimento da Cidade, a serem implementados durante os próximos anos;
- c) inserção internacional de Salvador – relaciona iniciativas e ações que viabilizam a participação de Salvador nas comemorações dos seus 450 anos, assim como sua integração, de forma competitiva, no atual contexto de globalização.
- d) desenvolvimento institucional – engloba estudos e projetos que visam a adequação da legislação municipal à nova realidade da Cidade.
- e) outras atividades – neste grupo estão enquadradas, basicamente, as atividades de rotina, desenvolvidas de forma permanente, no nosso dia a dia, bem como as atividades não relacionadas nos itens anteriores.

A presença da SEPLAM na imprensa é destacada em capítulo específico, através de levantamento da assessoria de imprensa, constando de quantidade de matérias produzidas e seus aproveitamentos, destacando-se os principais temas abordados para cada tipo de veículo.

2.1. PROJETOS EMERGENCIAIS DE ORDENAMENTO URBANO

Este primeiro bloco inclui o desenvolvimento de projetos e as ações implementadas para atender questões consideradas de resolução imediata no início do Governo, dada a gravidade dos problemas gerados.

2.1.1. Ordenamento do Setor Terciário

A situação da Av. Sete de Setembro – com um alto grau de ocupação por ambulantes – foi, seguramente, um dos maiores desafios que esta administração se propôs a resolver desde os primeiros dias de janeiro.

Mais de 1.700 ambulantes ocupavam espaços e logradouros públicos, impedindo a livre circulação de pedestres e comprometendo sobremaneira a fluidez do tráfego na área.

Objetivando a liberação dos espaços públicos, bem como propiciar o ordenamento do comércio informal na cidade, em especial na Área Central, a SEPLAM/FMLF, em estreita articulação com a SESP - secretaria sob cuja responsabilidade estão as ações ligadas aos ambulantes – elaborou uma proposta que prevê a construção de três Shopping Populares nas áreas do Politeama, Barroquinha e no local onde hoje funciona o Mercado de São Miguel.

Como tal ação não poderia acontecer num curto espaço de tempo, os estudos iniciais levaram ao desenvolvimento dos trabalhos em duas etapas. Numa primeira etapa foi realizada a relocação provisória dos ambulantes, ao tempo em que, paralelamente, avançavam os estudos do projeto da relocação definitiva.

Assim, foram estabelecidas 14 áreas para onde, a partir de 20 de outubro, foram relocados os ambulantes, ocupando barracas padronizadas, cedidas pela PMS.

Ao lado da relocação provisória dos ambulantes, foi deflagrada também, pela SUMAC, uma ação de recuperação de praças e calçadas. Também foram notificados os estabelecimentos comerciais que apresentavam irregularidades como grades sob as marquises, aparelhos

de ar condicionado com dreno sobre os espaços públicos, construções irregulares, avanço dos produtos sobre as calçadas, etc.

Cabe destacar que para o desenvolvimento desses trabalhos foi de fundamental importância a articulação mantida, desde os primeiros momentos, com entidades representativas dos trabalhadores - Sindicatos e CUT, bem como com a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, representante dos comerciantes da área.

No momento, encontra-se em andamento a elaboração dos projetos executivos dos centros Comerciais do Politeama e Barroquinha, sendo que este último deverá estar acoplado a um edifício-garagem que dará apoio às atividades desenvolvidas no Centro da Cidade.

2.1.2. Gestão Diferenciada de Entulho

Do montante do total do lixo coletado no Município de Salvador 37%, em média, é composto de entulho, o que representa 32.810 t/mês ou 1.299 t/dia.

Este entulho era depositado no fim da gestão passada, irregularmente, em 400 pontos de descarte, estando reduzidos atualmente em 220. O material era depositado em encostas, terrenos baldios, córregos, praias e vias, trazendo como consequência a criação de pontos de acúmulo de lixo, mau cheiro, doenças, obstrução do sistema de drenagem, deslizamentos, proliferação de insetos e doenças.

Por outro lado, os custos de coleta destas resíduos atingem um valor mensal em torno de R\$ 560.000,00.

Objetivando transformar o descarte clandestino de entulhos na Cidade, em deposição correta, através de uma política ordenadora que busque a remediação da degradação ambiental gerada, a integração dos agentes envolvidos na questão, como também, a maximização do reaproveitamento, da reciclagem e da redução da geração deste tipo de resíduo, foi criado um Grupo de Trabalho sob a coordenação da LIMPURB, no qual a SEPLAM teve participação efetiva.

Como resultado dos trabalhos, foram criadas 5 áreas (bases), específicas e adequadas para recepção, reaproveitamento, reciclagem e disposição final do entulho e 17 áreas pequenas (postos), apropriadas aos Núcleos de Limpeza (NL) da LIMPURB, para recepção do entulho oriundo de pequenos geradores.

Complementarmente foi implantado um programa de educação ambiental que proporciona a indução da disposição correta do resíduo, bem como um programa de orientação, fiscalização e monitoração, que possibilite conter o descarte clandestino do entulho.

2.1.3. Combate e Poluição Sonora

Objetivando coibir a poluição sonora no Município, produzida por bares, restaurantes, casas noturnas e demais estabelecimentos e/ou atividades que provoquem excesso de ruídos, foi criado o Programa de Combate a Poluição Sonora, tendo sido atendidas, neste ano de 1997, 3.450 solicitações e/ou denúncias.

DADOS COMPARATIVOS 1996 x 1997

SITUAÇÃO ENCONTRADA - 96	SITUAÇÃO ATUAL - 97	CRESCIMENTO (%)
08 fiscais ambientais trabalhando com veículos coletivos	20 fiscais ambientais trabalhando em 06 veículos municipais com rádio	150
05 decibelímetros (02 quebrados)	13 decibelímetros (02 em conserto)	160
produtividade média: 180 autuações/mês	produtividade média: 800 autuações/mês	344,45

Além do exposto no quadro “Dados Comparativos”, vale ressaltar que o controle das denúncias/reclamações vinha sendo feito manualmente e hoje já temos controle informatizado. Está sendo feito também um trabalho de conscientização com proprietários de estabelecimentos, convocados através de notificações.

Como destaque, foi também implantada uma linha telefônica específica para atendimento de denúncias nesta área.

A situação pretendida para 1998 é:

- 35 fiscais (concursados);
- melhoria do sistema de comunicação (celular ou walk-talk);
- departamentalização das atividades de fiscalização, com a criação das equipes com encarregados;
- elaboração de campanhas de conscientização, voltadas para agentes potencialmente poluidores e para o público em geral;
- implantação da Central de denúncias com telefonistas 24 horas.

2.1.4. Moralização da ação fiscalizadora

Tendo em vista o grande acúmulo de processos pendentes de solução encontradas no início do governo, desenvolveu-se esforços no sentido de priorizar a ação fiscalizadora na área da SUCOM, regularização desta situação.

Assim, a SUCOM empreendeu neste ano de 1997, um total de 59.004 ações de fiscalização, que se comparadas com o ano de 1996 apresenta um crescimento de 98,6%. As ações podem ser distribuídas como se segue:

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

TIPO	QUANTIDADE		
	1996	1997	VARIAÇÃO (%)
Vistorias	5.885	19.503	233,1
Notificações	4.719	11.974	153,7
Demolições	214	1.057	393,9
Apreensão	18.922	26.470	39,9
TOTAL	29.710	59.004	98,6

FONTE: SUCOM

Foi também deflagrada uma ação de fiscalização conjunta com o Ministério Público, a CODESAL, o CODECON e o DEACON relativa a GLP – gás liquefeito de petróleo, tendo resultado em:

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE GLP

TIPO	QUANTIDADE
Pontos constatados	208
Pontos desativados	30
Pontos apreendidos	35
Botijões apreendidos	989
TOTAL	1.262

FONTE: SUCOM

Com relação aos autos de infração, as ações desenvolvidas indicam:

- 1.122 processos julgados/ em julgamento
- 1.004 autos procedentes
- 65 autos improcedentes
- 53 autos nulos

Finalmente, com relação às ações judiciais, cabe destacar que existiam 120 ações pendentes de gestões anteriores e somente 10 novas ações foram iniciadas em 1997. Destas, a situação atual é a seguinte:

- 3 ações extintas
- 21 com recursos da SUCOM
- 35 com recursos da parte
- 65 em curso
- 11 conclusas

2.2. FORMAÇÃO DE ESTOQUE DE PROJETOS

Tendo como ênfase a requalificação urbana e a valorização de imagem da Cidade, grande esforço foi desenvolvido neste ano de 1997 no sentido da formação de um estoque de projetos que subsidiem as realizações do Governo nos próximos anos.

2.2.1. Requalificação/urbanização de áreas verdes e espaços abertos

Este programa objetiva a revitalização de monumentos históricos, elementos e sítios notáveis da Cidade do Salvador e fundamenta-se notadamente nos conceitos de memória e identidade cultural.

Tais fundamentos se materializam em uma política sistêmica, destinada à recuperação e preservação de áreas públicas da nossa significativa e histórica Cidade.

Neste sentido, foi implementado o Programa Municipal de Adoção de Praças, Áreas Verdes, Monumentos e Espaços Livres, através do Decreto Municipal nº 11.579/97, objetivando implantar, em regime de parceria com a iniciativa privada, programa visando a elaboração de projetos, execução de obras e manutenção de praças, áreas verdes, monumentos e espaços públicos.

Este programa vem sendo desenvolvido conjuntamente com a SUAVE, através da Fundação Mário Leal Ferreira, cuja participação tem se dado no desenvolvimento de diversos projetos, que subsidiem a busca de parcerias.

A seguir serão apresentadas, para cada um dos projetos desenvolvidos as suas principais características.

Praça da Inglaterra

A primeira grande praça cuja parceria foi viabilizada foi a Praça da Inglaterra, com contrato de parceria assinado em junho com o Banco Excel/Econômico e cuja inauguração está prevista para janeiro de 1998.

O projeto fundamenta-se na idéia da integração de dois setores distintos que conformam a praça, separados pelas vias locais, para dar unidade ao desenho daquele espaço. No conjunto proposto tem-se estruturas porticadas elevadas, formando canteiros quadrados, ladeados por pequenos banco pré moldados em concreto, com pigmento azul.

O novo desenho obedece ao lay-out com geometrização específica, demarcando módulos quadrados separados por junta de dilatação. Esses módulos são formados com o emprego de lajotas de cimento branco pré moldado em forma metálica, no centro; faixa de granito levigado, no contorno das placas e concreto texturizado especial, nas bordas.

O monumento existente terá um tratamento especial, possibilitando a integração na nova proposta. As árvores foram preservadas e na base de cada caule, na interseção do piso, o terreno permanecerá livre e demarcado por aberturas no pavimento.

A iluminação será realizada com postes e luminárias do tipo “pétala” e serão instalados telefones públicos, padrão Telebahia. O mobiliário urbano, previsto para atender ao comércio e serviço de ambulantes, segue o padrão determinado pela Prefeitura.

Campo Grande

O significado simbólico e urbanístico do Campo Grande para Salvador conduziu o projeto de intervenção nesta área a assumir o compromisso com o resgate da cidadania, com sua dimensão histórica e com o futuro da Cidade.

O compromisso com o passado e com o presente desta intervenção se traduz no entendimento de que qualquer atuação nesta praça é, na verdade, uma ação de restauração e revitalização que requer a compreensão do seu processo de constituição e situação atual. Como resultado, tem-se uma proposta que se fundamenta no tripé *preservação, restauração e inovação*

Elementos a serem preservados:

- o monumento ao 2 de Julho - o Caboclo;
- o contorno original da praça;
- a massa vegetal;
- os eixos de circulação;
- a função social urbana como espaço aberto.

Elementos a serem restaurados:

- reconquistar o espaço perdido do vazio da Av. Contorno;
- reabrir os acessos para as fontes luminosas, instaladas em 1895;
- recriar os jardins decorativos;
- revitalizar o lago.

Elementos de inovação a serem introduzidos:

- a pavimentação adequada em toda circulação interna;
- nova função social da praça, com a criação de espaço especial para o Memorial do Campo Grande;
- delimitação da pista de cooper;
- vigilância especialmente treinada para uso e manutenção da praça;
- instalação de equipamentos de apoio, como sanitários e postos de serviços;
- elementos construídos e mobiliários;
- iluminação cênica, valorizando o monumento, circulações, obras de arte e equipamentos;
- eventos e festas;
- gradil perimetral.

Praça da Piedade

A intervenção de recuperação da Praça da Piedade deverá complementar-se com a incorporação de um gradil perimetral e a substituição do banco pré moldado atual por outro de novo design.

A praça contará com nova iluminação e serão recuperados os jardins, o piso, a fonte luminosa.

O gradil perimetral, de autoria do artista plástico Carybé, será complementado com quatro portais, confeccionados em barras quadradas de aço carbono. Os bancos pré moldados, que tem também a função de contenção do jardim, serão de concreto, revestidos com granito, constando de trechos retos e curvos.

Largo da Eubiose

Situada ao fundo do Gabinete Português de Leitura, o Largo da Eubiose constitui-se de um obelisco ao centro, homenagem da Cidade do Salvador ao seu ilustre filho Henrique José de Souza, que fundou em 1924 a Sociedade Brasileira de Eubiose.

Entre as intervenções propostas, tem-se: a implantação do obelisco, a reordenação do jardim, a diagramação do piso, a iluminação e a colocação de bancos pré moldados.

Os bancos pré moldados, que tem também a função de bloqueio de jardim, constam de trechos curvos, formando um conjunto harmonioso.

Há previsão de um espaço para banca de revistas e barraca de coco, conforme novo mobiliário urbano.

Largo da Sagrada Família

O espaço público da Sagrada Família constitui-se de uma alameda sombreada que dá acesso àquele hospital.

A idéia contida no projeto é a da criação de um espaço público que ofereça ao usuário um lazer contemplativo, onde a paisagem, o patrimônio natural e o construído sugerem um convite ao descanso e harmonia. A via existente em aclave atravessa o espaço e subdivide a área, criando ambientes de ambos os lados.

Cada ambiente foi constituído em plataformas, adaptadas à topografia, em níveis diferenciados articulados por escadarias. No extremo superior da pracinha, assim como no lado situado em vizinhança com o horto municipal, os canteiros serão gramados.

Também essa praça foi enquadrada no Programa de Parcerias, tendo o Hospital da Sagrada Família assumido o compromisso pela sua manutenção

Mirante do Bonfim

O Mirante do Bonfim se assenta em encosta que se debruça sobre a Cidade. Aproveitando-se da conformação da encosta, para ele foi desenvolvido projeto em níveis diferenciados, os quais são articulados por escadarias revestidas com granito.

No nível da Rua Plínio Lima, situam-se o estacionamento e a plataforma que dá acesso ao equipamento. A partir de pontos diferenciados, duas escadarias dão acesso às plataformas, situadas em níveis mais baixos. Cada escadaria está ornamentada com arcos de passagem, que são estruturas elevadas em tubo de aço, tratados com pintura automotiva.

No nível sob a plataforma superior localiza-se o terraço/mirante, com seus equipamentos de serviços (bar e cozinha), e na plataforma mais baixa, situam-se o conjunto de sanitários e a área comercial.

Uma muralha de arrimo em pedra, encimada por placas/peitoris em concreto pré moldado, conforma os limites do mirante.

Largo de Pirajá

O Largo de Pirajá, com sua importância histórica, sofreu nos últimos anos transformações decorrentes de um “impulso modernizador”, onde a solução viária admitida fraturou a unidade do conjunto – igreja, pantheon, praça e cemitério – desfigurando o ambiente daquele sítio. Funcionando como ilhas, cada elemento desse conjunto foi posto isolado pela malha viária, construída para atender ao entroncamento de vias do local.

Das observações *in loco* constatou-se a desarticulação, o desequilíbrio e a inadequação estética e funcional para o uso público deste espaço.

Detectada a origem da ação desfiguradora, reduzindo o largo a um espaço disperso, tornou-se claro que para sua recuperação seria necessário encontrar-se uma forma de unificação do conjunto.

Para isso, propõe-se novo desenho, norteado por dois eixos estruturadores deste espaço. O primeiro eixo é o longitudinal da igreja e do cruzeiro. O segundo eixo, do Pantheon, baliza a implantação de quatro elementos verticais e referenciais de transposição espacial ao templo, construídos em concreto armado *in loco*. Para atender a esta orientação, o obelisco existente deve ser girado proporcionando seu alinhamento ao Pantheon. Nesta mesma vertente, ao fundo, está situado o estacionamento ou pátio de carga e descarga.

Enfim, considerou-se que o contexto ambiental deste espaço não se restringe somente à praça com os monumentos, mas também, ao entorno imediato que conforma o largo, tornando-se necessário apropriá-lo para oferecer à visibilidade ampla uma justa composição do equilíbrio à ambientação global, com a reunificação do conjunto.

Marco da Fundação da Cidade

O Marco da Fundação da Cidade, monumento histórico localizado no Porto da Barra, será redefinido por uma intervenção que requer a requalificação urbana desse sítio, cujo espaço, existente desde 1949, é composto de rampas, escadarias, painel de azulejos e obelisco com cruz gramada.

O projeto tem como objetivo destacar o valor representativo desse monumento para a Cidade. O acesso foi diversificado: a partir de um ponto alargado na calçada, articulado por um canteiro gramado, uma nova escadaria acessando a uma rampa existente, que deverá ser refeita em concreto especial texturizado.

O patamar do monumento foi alterado, ampliando-se a superfície e elevando-se o piso e a base da cruz gramada. A base do cruzeiro será refeita em concreto revestido de granito. No patamar serão também construídos um banco de concreto moldado no local com forma metálica e jardineira. O painel de azulejos deverá ser restaurado.

Na parte superior do conjunto, ao nível da rua, o passeio será refeito em concreto especial texturizado, obedecendo ao novo desenho que permitirá a construção de vagas para automóveis a 45 graus. O gramado da encosta deverá ser refeito, ao tempo em que a iluminação adequada completará o quadro ambiental.

Largo da Lapinha

O projeto está fundamentado na idéia de implantação, naquele logradouro público, de um equipamento que atenda não só as práticas cívicas e religiosas ali presentes, mas também ao convívio e ao lazer daqueles moradores, promovendo a integração das várias faixas etárias do local.

Propõe-se que o passeio que circunda a igreja avance em direção ao adro, emoldurando o piso modulado, com recortes laterais que dão lugar a pequenos estacionamentos em ambos os lados. Uma arena rebaixada em piso de concreto tem seus limites definidos por bancos em concreto pré moldado, sendo acessado através de uma rampa. Haverá um setor de lazer para adultos e outro de lazer para crianças.

O monumento existente será emoldurado, no piso, por um gramado, assim como as áreas reservadas para instalações de equipamentos de comércio e serviços.

Largo da Soledade

O projeto foi norteado pelo valor histórico, patrimonial e cultural dessa área, devolvendo a sua importância e criando condições ambientais favoráveis ao desfrute do local pela comunidade. A primeira proposição do projeto foi estender o território do largo, incorporando a via que o isolava do quarteirão do convento.

Neste novo ordenamento do largo, o monumento histórico existente define o zoneamento programado. Da sua base emoldurada com piso de desenho circular, partem caminhos nas quatro direções, delimitados por

faixas. Canteiros gramados, demarcados por bancos de concreto pré moldado, localizados ao redor completam a formação do setor.

Ao sul propõe-se a localização de um parque infantil, ao nordeste, de um piso em pedra portuguesa que sugere o movimento nos quatro retângulos demarcados sobre o solo. Na mesma direção desenvolve-se uma estrutura porticada, constituída em pilares de concreto.

No extremo nordeste, a área com sua arquibancada em concreto especial, com palco em cota rebaixada, tem seu núcleo central circular, cujo acesso é feito através de uma rampa. Todo o conjunto do largo obtém unidade através do piso em concreto.

Morro do Cristo

O Morro do Cristo é um dos marcos mais tradicionais de Salvador, que tem sofrido a ação do tempo ao longo dos anos.

O projeto propõe a requalificação ambiental e enriquecimento urbanístico desse patrimônio público. Busca também a alteração do conjunto, introduzindo novos elementos no seu contexto. A plataforma do mirante terá sua área ampliada no seu entorno. Seu acesso se dá através de patamares e escadarias em concreto texturizado.

A base maior do monumento foi redefinida por uma nova mureta em concreto aparente e na parte superior o piso será gramado. Uma estrutura elevada, em aço inoxidável e placas de acrílico amarelo, completa o conjunto, compondo um novo quadro ambiental do Cristo. O acesso ao conjunto se dará através de um caminho tratado com piso em placas pré moldadas. Finalmente, o revestimento da base da escultura deve ser recomposto.

Largo dos Aflitos/ Belvedere

O projeto está fundamentado na idéia da configuração dos pontos mirantes localizados na borda da baía, pois estes oferecem infinitas possibilidades de implantação de equipamentos públicos destinados ao convívio e ao lazer dos cidadãos.

A intenção contida no projeto é a de revalorização do conjunto, dando uma unidade equilibrada àquele ambiente para devolve-lo à comunidade. A primeira atitude foi a remoção da opção viária que isolava a igreja, transferindo toda movimentação de veículos para uma só via, alargada, localizada atrás do templo.

A luminária antiga existente, localizada em frente à igreja, ou seja de fachada para o mar, define a modulação do piso. Foi definido um sistema modulado, em cruz, a partir dos eixos perpendiculares que se encontram no ponto de localização da luminária. Partindo desse ponto e desses eixos, todo o piso será modulado com uma sucessão de quadrados.

O piso tem recortes nas suas bordas definindo dois estacionamentos nas laterais da igreja e dois setores gramados localizados nas bordas laterais da praça, onde serão instalados bancos de concreto pré moldado.

O belvedere, situado em nível inferior ao piso da praça, é composto de uma laje/mirante e mais abaixo o terraço restaurante. Este equipamento completa o conjunto que se debruça na encosta, sobre a linha de borda da baía.

Outras praças

Além das praças já indicadas, encontram-se em fase inicial a formulação de projetos para as seguintes praças:

- Passeio Público
- Largo de Santo Antônio
- Praça da Sé
- Praça Municipal
- Largo de Humaitá
- Largo dos Mares
- Praça Deodoro da Fonseca

2.2.2. Tratamento paisagístico

Diante da importância estratégica das avenidas de vale para o conjunto da Cidade definiu-se como prioridade para o ano de 1997 a realização de estudos e indicação de tratamento paisagístico para as avenidas Garibaldi, Juracy Magalhães e ACM.

Em seguida, são apresentadas, para cada uma dessas avenidas as principais intervenções propostas.

Avenida Garibaldi

- tratamento do entorno do monumento a Cleriston Andrade;
- tratamento da praça Lorde Cochrane;
- regularização e pavimentação em solo cimento dos caminhos de pedestres ao longo da avenida;
- conservação da vegetação existente, plantio de grama e adensamento da vegetação arbórea nas áreas mais carentes

Avenida Juracy Magalhães

- regularização e pavimentação em solo cimento dos caminhos de pedestres do canteiro central da avenida;
- conservação da vegetação existente, plantio de grama e adensamento da vegetação arbórea nas áreas mais carentes

Avenida ACM

- tratamento do canteiro central, com regularização e pavimentação em solo cimento dos caminhos de pedestres;
- tratamento da vegetação arbustiva, plantio de grama e adensamento da vegetação arbórea;
- tratamento paisagístico da encosta em frente ao Posto dos Namorados

2.2.3. Proteção às áreas com recursos naturais

Estes trabalhos objetivam recuperar os sítios e equipamentos de uso coletivo de expressivo valor cultural e ambiental para a Cidade.

Parque da Cidade

O projeto tem como objetivo o reordenamento dos equipamentos existentes e implantação de novos, que serão distribuídos ao longo das vias internas existentes, as quais terão tratamento específico para circulação de trenzinho panorâmico. Será desenvolvido paralelamente a esta pista, uma ciclovia exclusiva, para ordenamento dos transeuntes.

Os equipamentos serão implantados harmonicamente, utilizando as áreas de grotões e cumeadas, respeitando a topografia e a vegetação existentes. Serão implantados equipamentos esportivos, de recreação infantil, áreas de estar, lazer contemplativo com trilhas ecológicas e arena para apresentações em geral.

A entrada principal contemplará um pórtico monumental que desemboca na praça principal, onde serão construídos um auditório, uma praça de alimentação e jardins ornamentais.

Parque Metropolitano de Pirajá/São Bartolomeu

O Parque Metropolitano de Pirajá localiza-se em sítio considerado de grande valor ambiental e histórico-cultural para a Cidade do Salvador.

Diversas lutas do processo civilizatório brasileiro tiveram essa região como palco. Situado na bacia do Rio do Cobre conteve, originalmente, um aldeamento dos índios tupinambás. No século XVII iniciou-se na região a construção de um forte e aí se preparou a estratégia de resistência contra os holandeses. No século seguinte travaram-se no local algumas das mais importantes batalhas pela independência do País. Também aconteceu aí o movimento da Sabinada, que propunha o estabelecimento da República. Ao longo desse mesmo século abrigou em sua área e imediações diversos quilombos, aldeamentos que reuniam centenas de negros rebeldes contra o sistema escravista.

A memória da relevância da presença negra e das lutas pela liberdade travadas na área influencia a percepção atual desse espaço como sítio sagrado pelas comunidades negras e pela população em geral.

Do ponto de vista ambiental, a área abriga um dos mais importantes ecossistemas do Município de Salvador, constituído por manguezais, exuberante mata tropical remanescente da Mata Atlântica, formada de árvores de grande porte. Por estas características, a área foi considerada pela UNESCO como uma das três áreas-piloto do Estado da Bahia para implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A proteção do ecossistema deste parque fez-se sem qualquer sistematização, até o início do século, quando, pela necessidade de utilizar a represa como manancial de abastecimento, procurou-se proteger as áreas no entorno da barragem para evitar a contaminação da água.

O Parque tornou-se objeto de planejamento pelo governo estadual na década de 70, que o transformou em reserva biológica, e, na mesma década pelo governo municipal, ao criar o Parque Histórico de Pirajá para, em seguida, considerá-la integrante do Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos, enquadramento absorvido posteriormente pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, aprovado em 1984.

A área vem sendo objeto de reivindicações e lutas de ONGs e movimentos sociais, entidades com as quais a SEPLAM/FMLF vem mantendo estreita articulação no desenvolvimento deste projeto.

O objetivo geral deste projeto é o de promover a reabilitação do Parque, de modo a consolidar suas funções básicas, voltadas à proteção de manancial e às atividades religiosas, culturais, de lazer e de recreação, favorecendo sua ampla utilização pela população e o desenvolvimento do turismo na Cidade.

Como objetivos específicos, tem-se :

- promover a recuperação e valorização dos atributos naturais e do patrimônio histórico-cultural do Parque, contribuindo para o processo de construção permanente da memória e imagem da Cidade;
- assegurar a observância e respeito aos limites territoriais do Parque, bem como às suas funções;
- garantir aos visitantes condições de segurança, que lhes possibilitem permanecer e usufruir dos atributos da área;
- assegurar o direito de utilização ritual do Parque São Bartolomeu para as comunidades religiosas afro-brasileiras;
- estimular a adesão da população residente nas imediações à implantação do projeto, através de programas de educação ambiental, nas escolas e associações comunitárias, utilizando-se o próprio Parque como local privilegiado para o seu desenvolvimento;
- garantir a otimização dos investimentos a serem realizados, através de um programa de gestão do Parque, em articulação com instituições governamentais, que permita a adequada coordenação das intervenções e ações previstas e de sua manutenção.

A proposta engloba as Ações Emergenciais e o Plano Geral do Parque, compreendendo:

AÇÕES EMERGENCIAIS

Elaboradas em paralelo com as referidas no Plano Geral, constam de:

1. sustar os processos de invasão, desmatamento e degradação ambiental, visando:
 - impedir novas invasões;
 - coibir atividades de carvoaria;
 - barrar a degradação da Lagoa da Paixão e cobrar das empresas de exploração de arenoso, o plano de recuperação da área degradada;
 - proteger a nascente da Cachoeira de São Bartolomeu e impedir o aterro do manguezal no interior do parque e Enseada do Cabrito.
2. implantar um sistema emergencial de segurança para o Parque;
3. demarcar os limites atuais do Parque;
4. promover um “faxinaço” no Parque e elaborar um sistema de manutenção e limpeza;
5. continuar e ampliar o programa de educação ambiental e cívica da população;
6. reaparelhar e equipar as portarias.

PLANO GERAL DO PARQUE

1. conhecimento da situação atual do Parque, compreendendo:
 - a situação fundiária da Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre, identificando-se as áreas de propriedade do poder público e de particulares e a estrutura do custo da terra, que é o mais baixo da Cidade, tanto para as unidades habitacionais como para os terrenos;

- o quadro institucional, levantando-se a legislação específica do Parque e as normas de proteção incidentes, bem como seu enquadramento no Plano Diretor de desenvolvimento Urbano;
- elaboração pelo PANGEA – Centro de Estudos Sócio-Ambientais, através de convênio firmado com a FMLF, do Diagnóstico Ambiental da Bacia do Cobre, compreendendo:
 - caracterização geral da área;
 - avaliação ambiental;
 - caracterização ambiental;
- 2. proposta de intervenção – a partir de sugestões, críticas e recomendações obtidas em um seminário que contou com 108 participantes, incluindo organizações governamentais e não governamentais e dos resultados das avaliações, estabeleceu-se a base conceitual da proposta nos campos institucional, social, de segurança e de gestão, devendo ser desenvolvidas as seguintes ações:
 - alteração do decreto em vigor, ampliando a poligonal, de modo a abranger toda a área da Bacia do Cobre;
 - zoneamento;
 - consolidação do quadro fundiário;
 - relocação de ocupações irregulares: todas as ocupações irregulares, habitacionais ou agrícolas serão relocadas para áreas fora da área consolidada do Parque;
 - intervenções contínuas: sistema viário, cercamento de todo o perímetro do Parque e infra-estrutura em rede;
 - intervenções pontuais: está prevista a construção de quatro acessos principais dotados de guaritas, estacionamentos periféricos e acessos controlados em pontos estratégicos;
 - circuito hidroviário: serão disponibilizados barcos, possibilitando a visita de pontos notáveis de mata em torno do lago;
- Núcleo de Atividades: serão estabelecidos núcleos de atividades ao longo do anel de circulação interna, com equipamentos destinados à comercialização de artigos diversos.
- programação visual: foi criada uma logomarca do Parque e será desenvolvido um programa de identidade visual, bem como um projeto de programação visual, sinalização, orientação e advertência ao usuário;
- sistema de coleta e disposição final do lixo próprio para o Parque;
- reflorestamento e paisagismo: será desenvolvido um amplo programa de reflorestamento das áreas degradadas e de paisagismo, a partir da implantação de horto e de escola de técnicas agrícolas;
- programa de geração de emprego e renda: a ser desenvolvido em articulação com o programa de educação ambiental;
- segurança: o Parque terá segurança própria, executada em convênio com a Polícia Militar do Estado da Bahia;
- educação ambiental, a ser deflagrada em convênio com a Secretaria Municipal de Educação e com organizações não governamentais, já tendo sido assinado um convênio com a CEASB, visando a montagem de Programa de Educação Ambiental;
- gestão: a ser desenvolvida por uma entidade autônoma, com identidade jurídica, econômica e administrativa própria.

AÇÕES JÁ REALIZADAS

As ações, a seguir relacionadas, já foram realizadas durante 1997:

- “faxinação”: que contou com o envolvimento de diversos organismos da administração municipal: FMLF, LIMPURB, SUAVE, SUMAC e SURCAP;
- recuperação da Casa dos Cultos, pela SURCAP.

Cabe assinalar que este projeto vem sendo desenvolvido a partir de uma ampla articulação entre órgãos municipais e estaduais, bem como organizações não governamentais e associações comunitárias, com atuação na área.

Áreas Non Aedificandi

As áreas não edificáveis – ANEs, juntamente com as áreas arborizadas – AAs e as áreas não edificáveis de domínio público – ADPs, fazem parte do SAV - Sistema de Áreas Verdes do Município, criado em 1973 através da Lei nº 2.549.

A Lei nº 3.377/84 – Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – LOUOS, dispõe sobre o Sistema de Áreas Verdes, e propõe sua organização através da instituição das Áreas Sujeita a Regime Específico – ASRE, nas subcategorias de Áreas de Proteção aos Recursos Naturais – APRN e Áreas de Proteção Cultural e Paisagística – APCP.

As ANEs, desde sua instituição, são as áreas que apresentam maiores problemas. Por se tratar de áreas particulares, sempre sofreram pressão por parte dos proprietários para que o poder público tomasse posição a respeito de sua utilização.

Passados quase trinta anos, é evidente a urgência da definição de um regime específico de uso e ocupação dessas áreas, visando dar respostas aos proprietários, ao tempo em que concilie o uso e a proteção destas áreas, considerando sua importância para o SAV e tendo em vista o ônus que acarretaria ao Poder Público desapropriar todas as áreas.

A análise das categorias das áreas integrantes do SAV elaborada em 1996 corroborada com os estudos atuais, evidenciou a necessidade de uma ampla revisão conceitual da estrutura do SAV. Esta revisão deveria se constituir numa primeira etapa, precedendo os estudos específicos. Contudo justifica-se sua inversão pela necessidade de solucionar as questões emergenciais relativas às ANEs.

Considerando a urgente necessidade de definições com relação as ANEs, optou-se por estudar em conjunto todas estas áreas, visando a definição de uma regulamentação o mais abrangente possível, para que se produza uma única legislação, embora com as especificidades que se fizerem necessárias.

Neste sentido já foram realizadas as seguintes ações:

- realizados estudos para as ANEs 21,25,26 e 27;
- preparadas plantas, a partir de fotos aéreas 1976/1992 e plantas Sicar 1976/1992, para serem vistoriadas as ANEs 03, 04, 06, 10, 16, 19, 22a, 22b, 23, 24, 29, 30, 31b, 32, 36a, 36b, 37a, 37c, 37d, 37e, 37f e 38;
- vistoriadas as ANEs 06, 10,16, 12, 21, 22a, 22b, 23, 26, 29, 31b, 32, 33, 36a, 36b, 37a, 37c, 37d, 37e e 37f;
- caracterização das ANEs: 1, 3, 5, 6, 10, 14, 15, 16, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31b, 32, 33, 37 37c, 37d, 37f, 38, 39 e 40;
- enquadradas para discussão todas as ANEs como ASRE;
- proposta preliminar de regime de uso e ocupação para trinta e quatro ASRE.
- reunião com representante da SMTU para tratar do sistema viário a ser implantado em áreas objeto deste estudo;
- reunião com a CODESAL para tratar das áreas de risco existentes nas ANEs;
- redelimitação de quatorze ASRE;

2.2.4. Circulação e transporte

Estacionamentos e circulação na Área Central

A restauração efetivada pelo governo do Estado na Área Central, mais especificamente no entorno do Pelourinho, proporcionou uma nova dinâmica e tem demandado um fluxo de usuários mais intenso.

Com o objetivo de se buscar alternativas viáveis para localização de novas áreas para estacionamento, os estudos em desenvolvimento para projeto envolvem análises de pesquisas volumétricas de tráfego dos pontos de acesso à área, pesquisas sobre a oferta de vagas na área, do sistema Zona Azul e da operacionalização dos estacionamentos rotativos.

A partir da avaliação dessas análises, serão concebidos os instrumentos necessários para a formulação do modelo tarifário para as diferentes tipologias de estacionamentos, a identificação dos espaços qualificados para a implantação de estacionamentos com movimentação de vagas potencialmente rentáveis e os projetos específicos de acessos aos estacionamentos existentes ou indicados.

Estudo de Avaliação do Impacto do Plano de Obras Viárias

A partir da definição dos projetos viários de grande porte que envolvem a implantação da quarta faixa da avenida Paralela, as vias estruturais do Miolo previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – inicialmente as vias do Descobrimento e 29 de Março, a ligação Água de Meninos/Dois Leões e o complexo viário da Calçada – o estudo pretende fornecer bases para uma avaliação crítica objetivando o aperfeiçoamento dos projetos executivos, de forma a possibilitar que as intervenções a serem realizadas efetivamente contribuam significativamente para o desenvolvimento urbano de Salvador.

Na avaliação desses projetos estão sendo realizadas análises dos projetos existentes, dos movimentos propostos nos entroncamentos, o carregamento das redes de simulação de tráfego, objetivando a elaboração de um cenário futuro e a formulação de um plano de intervenções.

2.2.5. Urbanização

Plano Urbanístico e Desenho Urbano para a Barra

Objetivando melhorar a qualidade ambiental e urbana e promover a consolidação da identidade do bairro da Barra, uma das áreas mais significativas da Cidade, propõe-se o redimensionamento de seus novos usos e reestruturação do desenho urbano.

Neste sentido, este trabalho deverá ser precedido de estudos urbanísticos, morfológicos, de identidade e imagem urbanas, direcionados a orientar as proposições para a transformação do ambiente urbano, da recomposição da identidade sem sacrifícios funcionais, paisagísticos ou morfológicos, assim como incorporar soluções adequadas a cada caso dentro da contemporaneidade das melhorias urbanas do âmbito nacional e internacional.

Neste contexto, destaque especial é dado ao passeio à beira mar, trecho compreendido entre o Porto da Barra e o Clube Espanhol, estrutura urbana que transcende o próprio bairro, para assumir um caráter metropolitano.

As ilustrações anexas apresentam: a primeira, a área de abrangência do projeto, e, a segunda, a definição da tipologia do passeio marítimo proposto.

Concomitantemente a esses estudos, estão sendo realizados os estudos urbanísticos, morfológicos e de identidade urbana.

Passeio Marítimo Ondina-Rio Vermelho

Este projeto objetiva articular o promenade marítimo no trecho do IBR/Ondina – Largo da Mariquita/Rio Vermelho, de modo a recompor a continuidade do contorno oceânico e possibilitar o uso recreacional, sem perda do caráter específico das diversas paisagens existentes.

O projeto se estrutura como um projeto de desenho urbano, precedido de estudos de conceituação da paisagem de borda marítima, direcionados a orientar as proposições no sentido de transformação do ambiente urbano, sem perda de identidade nem sacrifícios funcionais, paisagísticos ou morfológicos.

No momento, encontram-se em desenvolvimento os estudos morfológicos e de identidade urbana, paralelamente ao desenvolvimento da proposta do passeio marítimo. A ilustração a seguir, apresenta a demarcação da área abrangida pelo projeto.

Praça IBR/Praia para Deficientes

Propõe-se um projeto de urbanização em Ondina – em frente ao Instituto de Reabilitação – IBR – destinado a oferecer uma área adequada ao tratamento fisioterapêutico complementar, à prática de esportes, ao lazer e à recreação da comunidade, em especial aos portadores de deficiência física.

Para tanto, foi necessário modificar o perfil do terreno visando obter uma área plana, adequá-los as peculiaridades e necessidades desses usuários e possibilitar a implantação de diferentes equipamentos.

As soluções do projeto, bem como a escolha dos materiais empregados, objetivam minimizar os custos de manutenção, em uma área marítima, ambientalmente agressiva. O projeto prevê pisos lisos para a movimentação em cadeiras de rodas, com rampas de inclinação compatíveis com o uso previsto.

O partido diferencia uma área de lazer para portadores de deficiência da área geral urbanizada, a partir da forma alongada da chamada área de apoio, que consta de lanchonete, depósito e sanitários. Esta diferenciação é feita sem segregar esta área da área urbanizada. Tudo isto é complementado com equipamentos de ginástica e uma quadra polivalente.

A rampa de acesso à praia será recuperada, com piso e corrimãos adequados e o paisagismo proposto reforça a imagem natural da orla, com o plantio de coqueiros e vegetação resistente ao meio ambiente.

Uma iluminação eficiente oferecerá segurança e permitirá a extensão da utilização do complexo até o horário noturno.

Plano Urbanístico para o Subúrbio Ferroviário

Objetivando dar um tratamento à área do Subúrbio semelhante à experiência desenvolvida no Rio de Janeiro pelo “Programa Favela-Bairro”, buscou-se avaliar uma proposta já existente – “Projeto de Urbanização do Subúrbio Ferroviário”, visando a sua remontagem e adequação às novas diretrizes.

Neste sentido, foi feita uma visita técnica à Prefeitura do Rio de Janeiro e, no momento, encontra-se em fase inicial, a formulação da proposta para a área.

Reestruturação da Orla Marítima - trecho Jardim de Alá/Sereia de Itapuã/Praias do Flamengo

A proposta desenvolvida para a Orla Marítima de Salvador prevê inúmeras intervenções, entre as quais: recuperação de passeios e equipamentos, novo sistema de iluminação, conservação de áreas verdes e das praias, bem como o reordenamento de barracas e outros equipamentos.

Em pesquisa realizada recentemente, verificou-se que Salvador possui atualmente 693 barracas de praia, muitas em situação irregular e descaracterizadas em sua forma original, algumas servindo de residência, o que contribui para a favelização de inúmeros pontos da Orla.

Buscando corrigir estas distorções, a SEPLAM elaborou projeto que, além de possibilitar o aumento na geração de renda através do incentivo ao turismo e conforto à população local, garantirá a higiene e a salubridade da areia das praias, a preservação das paisagens natural e construída e, através da iluminação, a frequência noturna com maior grau de segurança.

No que tange às barracas, o projeto as reordena por grupos, conformando módulos, denominados “decks”, caracterizando-se por:

- cada barraca dispor de uma área de 86 m², correspondentes ao espaço destinado à sua instalação e operação;
- a área comum, equipada inclusive para atender aos deficientes físicos, conter sanitários, chuveiros, telefones públicos, central de gás e outros serviços.

As barracas serão objeto da outorga de permissão de uso, mediante concorrência pública, que será realizada por trecho de praia, estando o trecho de Piatã em estudo para se constituir na primeira etapa do projeto. Este trecho, incluído na área do Coqueiral de Piatã, é composto por cinco “decks”, dos quais dois com nove barracas e três com oito, perfazendo um total de 42 barracas.

2.2.6. Valorização do Centro Histórico

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador vem sendo implementado pelo Governo do Estado da Bahia desde 1991, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, desenvolvendo-se em várias etapas, compostas por sub-áreas com características peculiares.

A área, objeto dessa intervenção, insere-se na Área Central da Cidade, para a qual tem-se como objetivos:

- ativar seu ciclo econômico;
- manter seus bens e valores culturais;
- promover sua recuperação física;
- desenvolver um potencial produtivo;
- organizá-la socialmente.

Neste contexto, a SEPLAM vem buscando o desenvolvimento de projetos que contribuam para a melhoria dessa área da Cidade, complementando as ações já implementadas pelo Governo do Estado, e em estreita sintonia com o mesmo.

Destacam-se neste bloco, o projetos do Edifício garagem da Barroquinha e a implantação do Centro de Serviços Administrativos – CSA.

Edifício-garagem da Barroquinha

O projeto visa ampliar o atendimento de estacionamento ao Centro Histórico, através do acesso pela Rua Joaquim Seabra – Baixa dos Sapateiros.

Com a implementação do Projeto “Corredor Cultural da Barroquinha”, onde a Fundação Gregório de Matos vem desenvolvendo um programa de implantação de teatros, áreas de lazer e cultural, numa área já tradicionalmente voltada para este tipo de atividade, o equipamento atenderá esta demanda, inclusive no Carnaval.

O projeto propõe a criação de 310 vagas com 4.350 m² de piso, o terminal de ônibus da Barroquinha e uma grande praça no pavimento superior para eventos.

Prevê, também, a articulação com várias vias de pedestres de bairros do entorno, evitando-se o vale.

Centro de Serviços Administrativos – CSA

A Prefeitura pretende, aliando funções institucional e administrativas de modo a consolidar, em definitivo, a Área Central como polo dinâmico da Cidade, recuperar um número significativo de imóveis, onde deverão funcionar quinze organismos da administração municipal.

A área pretendida inclui-se na sub-área do Saldanha, tendo como limites as ruas São Francisco, Visconde do Rio Branco, Saldanha da Gama e Monte Alverne.

Tal espaço será ocupado por organismos da administração municipal, mantendo-se o comércio consolidado, os serviços e a habitação existentes e não deteriorados socialmente, usos que contribuirão para evitar o esvaziamento da área, sobretudo à noite, situação característica de áreas centrais não utilizadas para habitação.

Sugere-se, também, sua ocupação por atividades comerciais e de serviços voltadas para o atendimento das necessidades do CSA: copiadoras, lanchonetes, livrarias, papelarias, etc.

Os espaços livres serão agenciados e, sempre que possível, integrados com os vazios internos dos quarteirões, numa proposta de urbanização que contempla, não somente praça de lazer com tratamento paisagístico, como também paradas para carros oficiais e/ou estacionamentos. Prevê-se, também, a construção de um auditório de médio porte para atender ao CSA e a Casa do Funcionário.

Os imóveis apresentam características tipológicas diversificadas, para as quais serão aplicados diferentes tipos de intervenção:

Restauração

Apresentam-se nessa condição 39,1% dos imóveis, compreendendo aqueles que guardam suas características originais. Obedecerão a critérios rígidos de restauro, decorrentes do resultado das obras de prospecção, requerendo análise e aprovação pelo IPAC.

Recuperação Funcional e Estrutural

Aplicável a 42,7% dos imóveis, cuja utilização foi inviabilizada por deterioração e falta de elementos.

Reconstrução

2,7% dos imóveis serão reconstruídos, a partir dos remanescentes da construção original, capaz de recompor sua volumetria, adequando-se os espaços interiores e utilizando-se tecnologia e materiais construtivos contemporâneos. A fachada, porém, deverá merecer tratamento especial, de acordo com projeto a ser fornecido pelo IPAC.

Construção

Apenas 0,9% dos imóveis se encontram totalmente destruídos ou contém proporções mínimas remanescentes de antigas construções. Neste caso, serão construídas estruturas modernas, recompondo-se a fachada e volumetria exterior original, com base em iconografia existente no IPAC.

Conservação

3,64% dos imóveis apresentam-se em bom estado de conservação, requerendo apenas revisão das instalações elétricas, telefônicas e hidráulico-sanitárias, esquadrias e outros componentes, sendo que alguns necessitarão de serviços especiais de restauro.

Agenciamento de terrenos e ruínas

10,9% dos espaços internos (“miolos”) dos quarteirões terão destinação de praça de lazer, de uso restrito, com implantação de mobiliário urbano, iluminação pública, etc. Neles se dará tratamento paisagístico, com plantação de flora decorativa.

A planta anexa, apresenta a área em estudo, identificando a localização das unidades da PMS que deverão integrar o CSA.

2.2.7. Melhoria da imagem da Cidade

Mobiliário Urbano

Objetivando a valorização da imagem urbana da Cidade, estão sendo desenvolvidos estudos visando a padronização do mobiliário urbano da Cidade. Já se encontram concluídos os projetos para barraca de coco, baiana de acarajé e barraca de praia. Em andamento, também um estudo para implantação de quiosque de alimentação.

Barraca de Coco

Este equipamento é composto por três itens:

- a) balcão - em fibra de vidro e resina poliéster;
- b) estrutura - em tubo de aço de alta resistência à corrosão, com acabamento em pintura industrial;
- c) cobertura - em membrana de PVC-poliéster.

Sua característica principal é a transparência, pois não existe fechamento lateral acima do balcão. Todos os componentes são desmontáveis, sendo que a membrana tencionada da cobertura é de fácil remoção.

Barraca da Baiana de Acarajé

A estrutura é composta por três mastros de madeira e aço, fixadas no solo, sendo que a cobertura adquire estabilidade a partir do estaiamento da mesma em três pontos no solo.

A cobertura é removível, executada em membrana tencionada de PVC/poliéster, com abertura superior para ventilação.

Barraca da Praia

A barraca será construída basicamente em resina poliéster e fibra de vidro, com esquadrias e forro pergolado em madeira maciça. A cobertura será executada em membrana de PVC-poliéster, com acessórios de montagem em aço inoxidável. A estrutura da cobertura será em madeira (eucalipto) roliça e tratada em autoclave. O piso da área de preparo de alimentos e da área de atendimento será em porcelanato, sem polimento.

Será equipada com balcões, bancada, coifa com exaustor e filtro, depósitos, fogão a gás, refrigerador horizontal e frigideira elétrica, além de uma área de 86 m², correspondente ao espaço destinado à sua instalação e operação.

Despoluição Visual

O cuidado com a imagem urbana induz o cidadão à conscientização do respeito e dignidade, conseqüentes do reconhecimento do esforço e da seriedade do poder municipal em estabelecer condições para o uso, de pleno direito, do espaço público.

Portanto, um projeto integrado de controle do aspecto visual e da identificação urbana deve buscar a comunicação de maneira abrangente, consolidando a imagem da municipalidade integrada à compreensão do cidadão, criando bases legais para a aplicação de normas que balizem a participação da comunidade.

O Projeto de Despoluição Visual, através da formulação de um conjunto de proposições físicas e institucionais, aplicáveis aos elementos responsáveis pela poluição visual da Cidade, objetiva a melhoria da qualidade visual do espaço urbano.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi contratada consultoria específica. Dos produtos contratados, foram entregues para avaliação da SEPLAM:

- diagnóstico da situação atual;
- definição dos elementos de sinalização e definição dos lotes para fins de licitação;
- definição tipológica dos engenhos publicitários;
- definição de regras básicas para execução e instalação de letreiros em fachadas e laterais de edifícios;
- definição de regras básicas para propaganda em mobiliário urbano;

- elaboração de Termos de Referência para desenvolvimento de Projeto de Lei/Regulamentos para a utilização de engenhos publicitários;
- elaboração de proposta, devidamente fundamentada, referente aos preços a serem adotados para o licenciamento dos diversos tipos de engenhos publicitários, bem como as formas de pagamento;

Em andamento, encontram-se os seguintes produtos:

- definição de localização de engenhos publicitários;
- definição de critérios para localização destes engenhos;
- projeto de sinalização de logradouros.

Sinalização Viária e Turística

A poluição visual e a precariedade da sinalização não são privilégio da Cidade do Salvador – ocorrem em quase todas as grandes cidades e, em especial, nas do Brasil.

Em Salvador, devido à sua vocação turística, a necessidade de instrumentos que viabilizem e mantenham índices adequados de qualidade visual é imperiosa.

Consciente disso, a PMS está tomando medidas concretas para preservar e incrementar a identidade e as belezas naturais e construídas de Salvador, com visão de urgência e futuro.

Para tanto, a SEPLAM/FMLF contratou consultoria específica para elaborar um estudo sobre a matéria, a ser desenvolvido em duas fases:

Fase 1 – levantamento/diagnóstico, já entregue pelo consultor, em avaliação pela SEPLAM/FMLF;

Fase 2 – anteprojeto, no qual serão definidas as características básicas dos componentes prioritários do sistema de sinalização viário-turística, a ser submetido à apreciação municipal e aos líderes da opinião pública.

A primeira fase do trabalho identificou, a partir do levantamento *in loco*, documentado por 700 fotos obtidas em um total de 320 km de vias, os principais problemas da atual sinalização da Cidade, abaixo indicados:

- desordem e ausência de identidade visual;
- falta de coordenação entre suportes de mensagens, entre si e com os demais elementos de mobiliário urbano e peças de infra-estrutura (fição, postes);
- conservação e colocação problemáticas;
- escala inadequada;
- baixa frequência de informações – exemplo: placas de ruas, identificação de prédios/serviços públicos e de atrações turísticas-históricas;
- competição entre mensagens de sinalização;
- competição entre mensagens públicas e privadas, com predominância destas últimas (na sua imensa maioria), em desacordo com a legislação municipal;
- degradação e poluição visual, prejudicando os habitantes, o turismo e a qualidade da imagem da Cidade do Salvador.

O estudo deverá propor soluções para um conjunto integrado de componentes, capazes de bem realizar as seguintes funções:

- propiciar a compreensão e legibilidade da estrutura de Salvador;
- identificar os componentes, principais marcos e equipamentos urbanos;
- identificar os serviços públicos – estacionamentos, hospitais, escolas, centros comunitários, transportes públicos, etc.;
- identificar os pontos turísticos;

- indicar os percursos principais, orientando os fluxos dos seus habitantes e turistas;
- controlar e regulamentar os fluxos de tráfego de veículos e pedestres;
- garantir a boa percepção da mensagem pública de sinalização;
- contribuir para a educação, a formação cultural e o bem estar social dos habitantes;
- elevar a qualidade da paisagem urbana de Salvador, articulando sua boa identidade visual e traduzindo a sua personalidade.

O Sistema de Sinalização Viário-Turística de Salvador deverá se constituir em um conjunto integrado, organizado e coerente, modulado e intercambiável e de alta qualidade estética de mensagens visuais e seus respectivos suportes (veículos de transmissão).

O anteprojeto será apresentado, principalmente na forma de simulações gráficas, de sua implantação em pontos prioritários da Cidade, a saber:

- Orla (praias);
- Av. Paralela/Iguatemi;
- Centro;
- Pelourinho.

Também estarão presentes os seguintes componentes prioritários:

1. sinalização/código gráfico-cromático;
2. sinalização viária/sistema de suportes de informação;
3. sinalização de serviços públicos municipais;
4. complementos, a serem definidos.

2.3. INSERÇÃO INTERNACIONAL DE SALVADOR

Relaciona iniciativas e ações que viabilizam a participação de Salvador nas comemorações dos seus 450 anos, assim como sua integração, de forma competitiva, no atual contexto de globalização mundial.

2.3.1. Participação em Redes de Cidades

A SEPLAM participou de fóruns internacionais, objetivando implementar a integração de Salvador no cenário internacional, com destaque para as redes de cidades do Mercosul.

CIDEU – Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano – Órgão de assessoramento ao Plano Estratégico da Cidade. Salvador, representada pela PMS, foi membro fundador. A PMS, através da SEPLAM, participou do encontro anual em 1997;

CIDADES PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE – Congrega as cidades com esta característica, em nível mundial. A PMS através da SEPLAM participou do Encontro Mundial em Évora, e em parceria com a Fundação Gregório de Matos, atraiu para Salvador o encontro de dirigentes da Rede em 1998;

MERCOCIDADES – Rede de Cidades do Mercosul. A PMS, através da SEPLAM, participou da reunião do Grupo Temático de desenvolvimento econômico, onde foram discutidas e formuladas as ações para 1998; da escolha do Prêmio Tecnologia; da reunião do Conselho das Mercocidades, quando foi aprovado o plano de ação para 1998 e, como coordenadora adjunta, na integração de Salvador às Redes Temáticas, relações internacionais, desenvolvimento econômico, cultural e turismo;

CIDADES PORTUÁRIAS – Envolve cidades que disponham de portos, em nível mundial. Iniciado o processo de adesão à Rede;

CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA – Reúne capitais ou ex capitais do mundo lusitano. A PMS participou através da SEPLAM, da reunião anual de planejamento;

URB-AL – Rede de Cidades da Europa e América Latina. Iniciado o processo de integração da PMS.

2.3.2. Salvador 450 anos

Com o objetivo de incrementar o fluxo de passageiros e de negócios na área de turismo, a PMS pretende utilizar o ano de 1999, quando Salvador completará 450 anos da sua fundação, como um marco no processo de internacionalização da Cidade. Neste sentido, através da SEPLAM, já foram incrementadas algumas ações, tais como:

- articulação com Portugal, visando a ação conjunta na comemoração dos 450 anos da fundação da Cidade do Salvador;
- contatos para contratação de consultoria portuguesa, visando o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos na Praça da Sé;
- contatos com a Associação Industrial Portuguesa, visando o estabelecimento de parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia;
- planejamento da viagem e do encontro do Sr. Prefeito Antônio Imbassahy com o Presidente da Câmara de Lisboa, Sr. João Soares.

2.4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Desde o início da gestão, a PMS vem detectando a necessidade de adequar a legislação municipal à nova realidade da Cidade. Com este propósito, a SEPLAM vem revisando e atualizando planos, leis e propostas de lei.

2.4.1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

As ações desenvolvidas até dezembro de 1996 com vistas à atualização/revisão do Plano Diretor, a cargo do Centro do Planejamento Municipal – CPM, convergiram, num primeiro momento, para uma solicitação de financiamento à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para a execução dos trabalhos. Encaminhado em 1993, o pedido foi aprovado tecnicamente em 1994, porém a situação de crédito da PMS junto às agências federais não permitiu a liberação dos recursos, sendo o processo revogado em dezembro de 1996.

Entre 1995 e 1996 foram desenvolvidas algumas ações, como seminários técnicos e a revisão dos Termos de Referência encaminhados a FINEP, o que resultou num novo escopo para o plano. Foram elaboradas também propostas para o desenvolvimento de estudos básicos para o planejamento, sendo concluídos quatro Termos de Referência objetivando novos pedidos de financiamento.

A partir de janeiro de 1997, os trabalhos do Plano Diretor foram assumidos pela Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, que estabeleceu uma nova programação para a revisão do PDDU, seguindo as seguintes ações:

- Escopo Básico;
- Definição de programas e etapas para elaboração do plano;
- Proposta para a definição de sub-unidades de informação;
- Análise e avaliação do PDDU e de Planos Diretores de outras cidades;
- Avaliação de proposta de consultoria para o Plano Diretor.

Em setembro de 1997, foram contratados os novos Termos de Referência para desenvolvimento do plano.

2.4.2. Plano Estratégico

O Plano Estratégico de Salvador tem como objetivo a mobilização da comunidade, a fim de conduzir a Cidade a um novo patamar de desenvolvimento e sua população a um novo patamar de cidadania.

O primeiro passo dado pela Administração Municipal para a adoção de um método estratégico de planejamento da Cidade foi dado em dezembro de 1993 com a filiação do Município ao CIDEU. Em março de 1996 realizou-se em Salvador, com a efetiva participação da PMS a IV Conferência do CIDEU, evento que gerou o documento “Declaração de Salvador”.

Em abril de 1997 o Ex.mo. Sr. Prefeito Antônio Imbassahy convocou uma reunião com o objetivo de discutir a implementação de um processo de Planejamento Estratégico da Cidade. Ficou deliberado que o Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, na próxima reunião, apresentaria uma proposta preliminar para a implantação do Planejamento Estratégico da Cidade.

Como primeiro passo foram realizadas viagens para conhecimento e avaliação das experiências de outras cidades (Barcelona, Lisboa, Rio de Janeiro e Vitória do Espírito Santo). Com base nessas avaliações e estudos das experiências, foi formulada a proposta preliminar e preparação de material para a exposição do Secretário de Planejamento em reunião no Gabinete do Sr. Prefeito. Os participantes dessa reunião, concederam entrevista à SEPLAM para detalhar/aprofundar questões, de modo a apresentar-se, numa próxima reunião, proposta concreta para a implementação do processo de Planejamento Estratégico.

2.4.3. Atualização e aprimoramento da legislação urbanística

Adequação do Código de Obras com Vistas à Eficiência Energética

O estabelecimento de parâmetros relativos ao uso racional de energia elétrica em empreendimentos de edificação é decisivo ao bom desempenho de um projeto arquitetônico. Contudo, sua importância só é constatada no uso cotidiano e nas variações climáticas. Usualmente os profissionais não consideram em seus projetos as variáveis climáticas e sua ação periódica sobre o edifício.

Com o estabelecimento de um conjunto de regras que definam critérios de uso racional de energia elétrica, pretende-se uma melhor qualidade do espaço arquitetônico, e, a partir daí promover uma conscientização quanto às mudanças dos padrões, visando um maior conforto ambiental.

Assim, estão sendo propostas alterações dos dispositivos do Código de Obras, institucionalizado pela Lei nº 3.903/88, relacionados com o conforto ambiental e a eficiência energética, dentre os quais podem ser destacados:

- edifícios comerciais com elevadores deverão dispor de controlador de frequência nos motores e comando de controlador de tráfego computadorizado;
- iluminação e ventilação natural em circulações horizontais de edifícios comerciais;

- as fachadas poderão apresentar dispositivos com fator de proteção, vidros eficientes, visando a redução da temperatura interna;
- utilização de lâmpadas eficientes nas áreas comuns;
- uso de termoacumulação para condicionamento de ar;
- utilização de dispositivos tais como sensores de presença, dimmer, etc., objetivando redução do consumo de energia;
- hotéis deverão dispor de chave especial de desligamento automático dos circuitos elétricos.

Revisão da legislação referente às ANEs

As áreas não edificáveis - ANEs, juntamente com as áreas arborizadas - AAs e as áreas não edificáveis de domínio público - ADPs, fazem parte do SAV - Sistema de Áreas Verdes do Município, criado em 1973 através da Lei nº 2.549.

A LOUOS, ao dispor sobre o Sistema de Áreas Verdes, propôs sua organização através de instituição como Área Sujeita a Regime Específico - ASRE, nas subcategorias de Área de Proteção aos Recursos Naturais - APRN e Área de Proteção Cultural e Paisagística - APCP.

Considerando a urgente necessidade de definições com relação as ANEs, vem sendo desenvolvido um estudo geral para todas estas áreas, que resultará na definição de uma regulamentação o mais abrangente possível, para que se produza uma única legislação, embora com as especificidades que se fizerem necessárias.

Revisão da Legislação de Poluição Sonora

A partir de janeiro de 1997, com a absorção da Secretaria do Meio Ambiente pela Secretaria do Planejamento, como ação imediata foi criado um Programa Emergencial de Combate a Poluição Sonora.

Com base no andamento e resultados desse programa foi detectada a inadequação da Lei Municipal 5.050/95 para o eficaz controle da Poluição Sonora. São notórias as dubiedades encontradas, dando espaço a inúmeros questionamentos jurídicos que, muitas vezes levam a im procedência dos autos de infração.

Diante deste quadro tornou-se emergencial a revisão desta legislação e, com este fim, foi criado um grupo de trabalho específico que elaborou a minuta de um anteprojeto de Lei ajustando os problemas detectados, bem como dotando a Lei nº 5050/95 de meios para o efetivo controle da poluição sonora no Município de Salvador.

Código do Meio Ambiente

Com o objetivo de estabelecer as bases normativas do desenvolvimento urbano ambiental do Município de Salvador, foi elaborada uma proposta para o Código do Meio Ambiente calcada na avaliação da proposta elaborada para Salvador e análise dos códigos ambientais de outras cidades, a exemplo de Recife e São Paulo.

Na montagem preliminar da estrutura do Código de Salvador, os seguintes títulos já foram desenvolvidos: Sistema Municipal de Desenvolvimento e Instrumentos de Gestão, Qualidade Ambiental, Controle, Fiscalização e Monitoramento, Análise de Risco e Auditorias Ambientais.

Estão sendo estruturados os seguintes anexos:

- Atividades e Empreendimentos Públicos e Privados Sujeitos a Licenciamento Ambiental – anexo III;
- Padrões Primários de Qualidade do Ar – anexo IV e tabela 1;
- Padrões de Emissão de Fontes Fixas para Processo de Combustão – anexo IV e tabela 2.

Após consolidação da proposta final, prevista para o início do mês de março, deverá ser enviado à Câmara para aprovação.

Minutas de projetos de lei e decretos ajustando a LOUOS - Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo

Visando adequar a LOUOS às novas necessidades e à realidade municipal, foram propostas diversas alterações, consubstanciadas na elaboração de propostas de leis e decretos, os quais estão discriminadas a seguir.

- Minuta do decreto “Tramitação de pedidos de licença para utilização de áreas de terrenos de grandes dimensões”;
- Projeto de lei sobre coleta de entulhos;
- Projeto de lei referente à inclusão do CS 14.2 na ZR-023 Parque Atlântico;
- Minuta de decreto de revogação do decreto nº 11.321/96;

- Comparação da legislação de poluição sonora de outros Estados com relação a publicidade de carro de som;
- Minuta de lei suspendendo o licenciamento de usos comerciais e de serviços mistos, institucionais e especiais na área do Caminho das Árvores;
- Minuta de lei revogando o parágrafo único do artigo 18 da Lei 5.176/96 que versa sobre regularização de edificações, parcelamento do solo, arruamento/atividades e dá outras providências;
- Projeto de lei para aperfeiçoamento da legislação para conjuntos habitacionais da iniciativa pública, a fim de evitar que possam ocorrer em zonas industriais;
- Projeto de lei alterando os limites da ZR-33;
- Nova versão do Código de Obras do Município;
- Minuta de Lei permitindo os usos CS-14.1 e CS-18.1 – “Comércio de Sucatas” na ZR-13;
- Projeto de lei de controle de sons e ruídos;
- Minuta de projeto de lei sobre edifício-garagem.

2.4.4. CONDURB – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

No sentido de viabilizar a atuação permanente do CONDURB, nos aspectos de sua competência, em 1997 foram realizadas duas reuniões. Na primeira reunião foram analisados e deferidos oito processos de solicitação de TRANSCON, conforme tabela apresentada a seguir e, na segunda foi apresentado ao Conselho o Programa de Ampliação do Sistema Viário e Plano Integrado de Transportes de Salvador.

ver Tabela no arquivo EXCEL - TRANSCON.xls

2.5. OUTRAS ATIVIDADES

Neste bloco estão relacionadas as atividades que são desenvolvidas de forma permanente, bem como aquelas não relacionadas nos itens anteriores.

2.5.1. Sistema de Informações

Compete à SEPLAM, através da Fundação Mário Leal Ferreira, a gestão do sistema de informações da Prefeitura, em especial das informações que dão suporte ao processo de planejamento e desenvolvimento urbano e ambiental.

Neste contexto, estão sistematizadas as informações sobre a Cidade, seja do ponto de vista físico, sócio-econômico ou ambiental. Também estão aqui englobados os trabalhos de numeração métrica linear e do geoprocessamento, bem como aqueles desenvolvidos na atualização e manutenção da Maquete da Cidade.

Informações sócio-econômicas

A atividade de elaboração de indicadores sociais e físicos objetiva subsidiar a atividade de planejamento, particularmente os planos, programas, projetos e leis urbanísticas em desenvolvimento.

Neste ano, foram atualizados os dados e preparados indicadores das seguintes áreas:

- abastecimento d'água e esgotamento sanitário;
- dados demográficos;
- transporte;

- energia elétrica;
- educação.

Para elaboração dos referidos indicadores foram consultadas as seguintes fontes: Infraero, IBGE, Secretaria de Segurança Pública, MEC, COMAB, Empresa de Correios e Telégrafos, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde e Educação, DETRAN e COELBA.

Desenvolveu-se, ainda, uma análise comparativa dos indicadores sócio-econômicos disponíveis dos censos de 80, 91 e 96, estudo que subsidiou a realização do Fórum das nove maiores cidades metropolitanas, reunião realizada em Salvador, além da implantação de cadastro de associativismo e igrejas.

Por fim, vale ressaltar que é permanente o contato com o IBGE, no sentido de garantir a atualização dos dados com base na última pesquisa censitária para Salvador, além do desenvolvimento de ações de rotina, particularmente no fornecimento de informações estatísticas para subsidiar os diversos trabalhos desenvolvidos pela SEPLAM/FMLF.

Numeração métrica linear

Objetivando implantar a numeração métrica linear em toda a Cidade de Salvador, durante o ano de 1997 foram liberados 165 novas solicitações.

Maquete de Salvador

Cabendo à SEPLAM/FMLF manter permanentemente atualizada a Maquete da Cidade, tendo em vista o seu crescimento, durante o ano de 1997 foram realizadas as seguintes atividades, nos trechos indicados:

Atualização

- Av. Antônio Carlos Magalhães (trecho compreendido entre o IAPSEB e o término do bairro da Pituba);
- Centenário e Barra (módulos 1A e 1B);
- Itaipara e Iguatemi (módulos 5B e 5C);
- Loteamento Cidade Jardim.

Restauração

- Caminho das Árvores (80% do bairro);
- trechos da Av. Manoel Dias da Silva e Amaralina (equipamentos residenciais);
- trechos próximos ao Shopping Barra e Caminho das Árvores (equipamentos);
- Av. Princesa Isabel e adjacências (equipamentos);
- Parque Nossa Senhora da Luz (equipamentos e sistema viário);
- imediações do Parque Júlio César - Pituba.

Conservação

- passeios dos módulos 2C, 7F e 5G

Destaca-se ainda, neste ano, a realização de duas exposições públicas da Maquete com todos os seus módulos: no Shopping Iguatemi e no Centro de Convenções.

Cadastro de Salvador

A CONDER vem, com recursos do Banco Mundial, executando o Cadastro de Salvador. A PMS, através da SEPLAM/FMLF, articula-se a este trabalho, cabendo-lhe a verificação e conferência das bases cartográficas elaboradas pela CONDER.

Foram desenvolvidos neste ano de 1997 as seguintes atividades:

Revisão

- logradouros antigos e 307 logradouros novos, correspondentes às regiões de Paripe e Periperi;
- logradouros da RA XVI

Levantamento/atualização

- parte da RA XVI.

Vistoria

- amostragem determinada pela CONDER.

Além das atividades relacionadas, compatibilizou-se a base textual de logradouros da SEFAZ com a da FMLF.

Geoprocessamento

A tecnologia do Geoprocessamento é atualmente um instrumento de relevância indiscutível no apoio ao gerenciamento de informações necessárias à prática do Planejamento Urbano.

Em sentido restrito, essa tecnologia abrange todos os recursos que permitirão, como etapa final, o mapeamento dinâmico e interativo de informações sobre um determinado lugar e, conseqüentemente, uma visão mais aproximada da realidade do mesmo, o que se torna fundamental às tomadas de decisões políticas e intervenções no espaço urbano.

Esse mapeamento ocorre na etapa de montagem de um Sistema de Informações Geográficas - SIG, que pode ser definido como um sistema de associação de um banco de dados descritivos a um banco de dados gráficos, capaz de realizar operações de simulação, síntese e previsão de situações de diversas naturezas, tais como demográficas, sócio-econômicas, de meio ambiente e infra-estrutura.

O sucesso dessas operações está diretamente relacionado com a periodicidade de manutenção e atualização desses bancos de dados.

A montagem de um SIG porém, é resultante de uma série de etapas anteriores. A partir da estruturação de um projeto, feito em função das demandas de informações nas suas diversas escalas de prioridade, parte-se para as etapas de obtenção e montagem dos bancos de dados.

A etapa de obtenção de dados é prioritária e fundamental no desenvolvimento de todo esse processo, e onde estão previstas as maiores dificuldades, em função da complexidade de informações, do estado de manutenção e atualização das mesmas, bem como na

necessidade de compatibilização com informações equivalentes e produzidas externamente.

Em 1997, a SEPLAM definiu como atividades referentes à essa etapa, as seguintes prioridades:

1. Cadastro de logradouros;
2. Cadastro de terras públicas;
3. Informatização da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo - LOUOS;
4. Fornecimento de plantas georreferenciadas para as demais unidades da PMS.

A seguir é apresentado o detalhamento das destas atividades.

1. Projeto/Atividade: Cadastro de logradouros

Objetivos e metas	validação do cadastro existente, visando disponibilizá-lo para os órgãos públicos municipais e estaduais
Ações realizadas	checagem de 50% dos fichários, leis, atos e decretos referentes aos logradouros
Ações em andamento	continuidade da checagem dos fichários, leis, atos e decretos referentes aos logradouros
Ações	checagem <i>in loco</i> dos logradouros não confirmados em escritório

2. Projeto/Atividade: Cadastro de terras públicas

Objetivos e metas	disponibilizar, em meio magnético, informações sobre terras públicas
Ações realizadas	digitalização de 75% das pranchas SICAR do cadastro de terras públicas nas escalas 1:2.000 e 1:5.000
Ações em andamento	continuação da digitalização das pranchas SICAR
Ações a realizar	transferência dos arquivos gerados em AutoCad para o MapInfo Plotagem e conferência em mesa de luz Correção dos traçados Georreferenciamento das áreas Desenvolvimento de aplicativo específico

3. Projeto/Atividade: Informatização da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo - LOUOS

Objetivos e metas	Elaboração de aplicativos para facilitar a consulta à LOUOS
Ações realizadas	digitalização e georreferenciamento de 90% do mapeamento da LOUOS e legislação complementar
Ações em andamento	conferência do mapeamento da LOUOS e legislação complementar plotagem do mapeamento para conferência
Ações a realizar	desenvolvimento de aplicativo seminário envolvendo SEPLAM, FMLF e SUCOM para discussão de metodologia e prioridades

Biblioteca

A Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira tem como principal atribuição o fornecimento das informações necessárias ao corpo técnico na consecução de seus trabalhos. Num sentido mais amplo, tem como finalidades regimentais, planejar, coordenar e executar as atividades de documentação e biblioteca, prestando apoio documental e informacional à Fundação e aos demais órgãos da administração municipal.

Entretanto, ao longo dos anos, tem aumentado consideravelmente o número de usuários da Biblioteca, se estendendo não só ao Município de Salvador, mas também ao Estado da Bahia e até mesmo outros países, em especial estudantes de curso médio, graduação e pós-graduação.

O principal projeto é o “Projeto de Documentação Urbana”, que vem sendo desenvolvido a partir da informatização do acervo, iniciado em abril de 1995, quando da implantação do GDI – Gerenciador de Documentação e Informação, inicialmente em linguagem DOS e, a partir de outubro de 1997 em linguagem Windows, quando foi feita a atualização do sistema.

Este projeto tem como objetivos:

- ampliar e informatizar a Biblioteca e o arquivo da FMLF;
- criar um sistema de referência da documentação técnica;
- recuperar a informação de forma mais dinâmica;
- preservar a memória documental na área de planejamento.

Do acervo existente, até o final de 1997, já foram cadastrados 7.138 documentos, sendo 2.125 livros e 5.013 atos legais, compreendendo as

leis e decretos municipais até o mês de dezembro de 1997, exceto a legislação orçamentária.

Além disso, vale salientar que o trabalho numa biblioteca envolve atividades técnicas variadas, que visam dotar a mesma de condições racionais para o seu bom desempenho e o atendimento do usuário de forma dinâmica.

No que tange ao atendimento ao usuário, vale destacar que no ano de 1997 foram atendidas 3.624 pessoas, das quais 2.255 usuários internos e 1.369 usuários externos.

No que diz respeito ao tipo de atendimento, tem-se que foram feitos 15.120 pesquisas ao acervo bibliográfico, sendo 9.566 consultas e 5.554 empréstimos, assim distribuídas:

Consulta

- fotografia 401
- legislação 1.309
- livro 2.360
- mapa 2.275
- periódicos 3.221

Empréstimo

- fotografia 392
- livro 1.326
- mapa 3.477
- periódicos 359

2.5.2. Educação Ambiental

A fim de possibilitar a formação da consciência ambiental, a partir da mobilização da comunidade, foi criado o “Projeto Escola Comunidade” que consiste basicamente no desenvolvimento de ações educativas nas escolas das redes municipal e estadual com ajuda das comunidades.

Neste sentido já foram implementadas algumas ações, tais como:

- cadastramento das organizações comunitárias;
- capacitação de 480 (quatrocentos e oitenta) docentes;
- trabalho pedagógico com os professores;
- implementação de coleta seletiva de lixo nas escolas;
- apresentação da peça teatral “O lixo pode ser um tesouro”;
- palestras sobre educação ambiental;

2.5.3. Desenvolvimento Econômico

No final de 1995, a função de desenvolvimento econômico foi incorporada à Secretaria Municipal do Planejamento, com a finalidade de estimular e apoiar empreendimentos que venham a dinamizar a economia, aumentar a geração de emprego e renda e promover o desenvolvimento tecnológico do Município.

Estes objetivos e os meios para alcançá-los ainda estavam muito obscurecidos no início da gestão e, um dos primeiros passos realizados pela SEPLAM foi o de divulgar no ambiente interno e externo da PMS, a existência da Coordenadoria e a sua disponibilidade para interlocução e interação com órgãos e instituições envolvidas no desenvolvimento econômico da Cidade.

Foi elaborado um Programa de Visitas, que contemplou mais de vinte instituições, tais como: BNB, CDL, CUT, IEL, SENAC, SENAI, SEI, BAHIAPESCA, SETRADS, SETRAS, SICM, CORA, EBAL, CONDER, CADCT, SEFAZ, SEBRAE, CEPED e FGM.

Como resultado imediato deste programa de visitas conseguiu-se viabilizar os seguintes projetos:

- Programa de Recapitação dos Desligados da PMS - negociado com SENAI, SETRADS, CUT e SENAC um programa de treinamento, que, após montado, foi entregue a SETRADS para operacionalização.
- Participação na 7^a. FEBAN, em abril, fruto de articulação com o SEBRAE, que cedeu o espaço para que a SEPLAM e a FMLF, pudessem entrar em contato com a população buscando sugestões, parcerias e apresentando alguns projetos para a Cidade.

Como promotora de desenvolvimento econômico, a SEPLAM tem estado atenta às questões e prioridades sociais, participando ativamente das reuniões mensais e dos trabalhos elaborados pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMASS) e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Dentre os trabalhos realizados nestes conselhos este ano, tem-se:

- levantamento da situação atual do Fundo de Assistência Social para CMASS;

- revisão do projeto de registro de entidades e inscrição de programas governamentais e não governamentais, para o CMDCA;
- coordenação do grupo de trabalho para atualização do diagnóstico do documento “O município de Salvador frente às Políticas do Direito da Criança e do Adolescente”.

Na área de Geração de Emprego e Renda, cuidou-se da participação em alguns projetos que visam organizar e dinamizar segmentos produtivos da comunidade, a exemplo de:

- Relocação dos Ambulantes - deu a sua parcela de colaboração ao projeto, buscando parcerias e patrocínio para confecção das novas barracas dos ambulantes;
- Barraqueiros de Praia - realizou os primeiros contatos com os representantes da categoria, com os prováveis financiadores (BNB) apresentando proposta de critérios de seleção dos barraqueiros, quando da reformulação da orla;
- Intervenção na Praça da Inglaterra - buscou viabilizar financiamentos compatíveis com as condições dos comerciantes que irão atuar nesta praça;
- Participação no PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que está sendo realizado na área de Itapagipe, sob o patrocínio da SETRAS. Este programa visa mobilizar e organizar a comunidade, que no final do programa estaria pronta para exercer melhor atividades produtivas, identificadas e potencializadas pelas técnicas aplicadas durante os trabalhos.

Ainda dentro desta linha, articulou-se a retomada dos trabalhos da Comissão Tripartite Paritária de Emprego de Salvador (CMTPE), que, quando em pleno funcionamento, deverá ser responsável pela apresentação e aprovação dos projetos e programas do Município, que deverão ser financiados com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Por deliberação da CMTPE, está também participando da Comissão Organizadora do Seminário sobre Perspectivas de Trabalho, Emprego e Renda na Região Metropolitana de Salvador, que será realizado em março de 1998.

No final deste ano, a SEPLAM idealizou e articulou com as instituições competentes, os primeiros passos para elaboração de um programa denominado de SALVACOOP - Programa Intercomunitário de Fomento de Cooperativas de Economia Social, que objetiva preparar o trabalhador para desenvolver atividades produtivas através de cooperativas, fazendo com que o trabalhador tenha um ganho de competitividade, saia da informalidade e passe a integrar a sociedade economicamente ativa do Município. Encabeçariam este programa: SEPLAM/CODE, OCEB – Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, SEAGRI/CORA – Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo e o BNB.

Na área de Tecnologia obteve-se alguns bons avanços, como representante e articuladora de ações de ordem tecnológica dentro da PMS, como as listadas a seguir:

- organização da participação da PMS no 1º Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia;
- participação no Fórum de Tecnologia da Bahia – espaço recém criado para discussão e elaboração de projetos conjuntos nesta área, envolvendo entidades de todo o Estado da Bahia, sob a coordenação do IEL – Instituto Euvaldo Lodi;
- participação na Organização do Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, realizado pela ANPROTEC;
- participação no COFIN – Conselho Estadual de Fomento às Incubadoras – a PMS participa como conselheira desde a sua fundação, sendo a SEPLAM, a atual titular.

2.5.4. Treinamento e Qualificação de Pessoal

O Ex.mo Sr. Prefeito da Cidade de Salvador, no início de sua gestão, estabeleceu como uma de suas prioridades, o treinamento de pessoal. Desta forma a Secretaria de Administração iniciou, no ano de 1997, o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, com o objetivo de promover a capacitação dos servidores/empregados da PMS, tendo firmado alguns convênios com entidades federais, estaduais e municipais, destacando-se, dentre outras, a UFBA, a FUNDESP e a PRODASAL.

Os cursos oferecidos foram baseados em levantamentos efetuados nos órgãos, os quais fizeram suas solicitações conforme suas necessidades específicas. Além destes, também foram ministrados cursos na área de informática e outros de iniciativa da própria SEAD, inclusive alguns a nível de pós-graduação.

Para a Secretaria do Planejamento e a Fundação Mário Leal Ferreira, foram realizados os seguintes cursos:

Na área de informática

CURSO	PARTICIPANTES		CARGA HORÁRIA (h)
	SEPLAM	FMLF	
WINDOWS 3.11	9	28	20
WINDOWS 95	6	12	20
WORD 6.0	14	28	20
WORD 7.0	6	12	18
EXCEL 5.0	6	14	20
EXCEL 6.0	2	10	18
AUTOCAD	2	23	40
MAPINFO	4	11	20

Vetorização e Sintetização de Mapas - 5 6

Cursos diversos

CURSO	PARTICIPANTES		CARGA HORÁRIA (h)
	SEPLAM	FMLF	
Atualização de Secretárias	1	2	50
Atendimento ao Público	1	4	30
Execução Orçamentária	3	-	20
Relações Interpessoais	1	2	30
Oficina de Redação	2	8	50
Direção Defensiva	2	4	50
Gerenciamento de Processos	1	1	70
Português/redação	2	10	50
Espanhol	1	1	93

Cursos de pós-graduação

CURSO	PARTICIPANTES		CARGA HORÁRIA (h)
	SEPLAM	FMLF	
Administração Pública		2	360
Gerenciamento de Processos	1	1	180
Gestão de Cidades	1		180
PNUD	1	-	...

A SEPLAM/FMLF possui um Quadro de Pessoal de aproximadamente 300 funcionários, sendo que, destes, receberam treinamento:

- 147 em cursos básicos de informática, como Windows, Word e Excel, representando 49% do quadro;
- 45 em cursos específicos, tipo AutoCad, MapInfo, Vetorização e Sintetização de Mapas, representando 15% do quadro;
- 12 treinados em Português / Redação, representando 4% do quadro;
- 32 em cursos específicos a Área de Atuação como Atendimento ao Público, Atualização de Secretárias, Relações Interpessoais, Direção Defensiva, Gerenciamento de Processos e Execução Orçamentária, representando 10,6% do quadro;
- 2 em cursos diversos como Espanhol, representando 0,6% do quadro;
- 62 representando 20,8% do quadro, ficaram sem treinamento.

De acordo com a prioridade do Prefeito, que é de capacitar e treinar os servidores com o objetivo de desenvolver melhor suas atividades a SEPLAM/FMLF treinou um percentual correspondente a 79,3% do seu quadro efetivo, sendo considerado muito bom, para apenas um ano de trabalho.

Vale ressaltar, que os cursos, em sua maioria são avaliados como muito bons, tendo, em geral, alcançado um ótimo nível de aproveitamento, com pouquíssimas desistências e/ou não aproveitamento.

Do quadro apresentado, foi detectado:

- 2 (dois) casos de reprovação
- 1 (um) de baixo aproveitamento, e
- 2 (dois) de desistência.

2.5.5. Participação no Comitê Técnico do Programa Comunidade Solidária

A SEPLAM integra o Comitê Técnico do Programa, a nível municipal, que conta com reuniões quinzenais.

2.5.6. Participação em Conferências, Seminários, Feiras e Outros Eventos

Com o objetivo de manter contatos e detectar novas oportunidades de negócios e parcerias e divulgar as ações da PMS a SEPLAM/FMLF participou dos diversos eventos abaixo relacionados.

- Conferência CIDEU e Simpósio BID, realizado em Barcelona de 12 a 15 de março;
- VII Colóquio Internacional sobre Poder Local, realizado em Salvador de 23 a 25 abril, incluindo a participação do Secretário como palestrante;
- VII FEBAN - Feira Baiana de Negócios - Salvador;
- Congresso Nacional de Informática Pública - CONIP-97 - São Paulo, maio, tendo sido apresentado por técnica da FMLF em uma das mesas, o trabalho “Geoprocessamento: nova ferramenta para o ordenamento e controle do uso e ocupação do solo em Salvador”;

- . FISPAL 97 em São Paulo;
- . INTECHMART em Salvador;
- . VII Seminário Nacional da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas), como integrante da Comissão de Organização, bem como com a efetiva participação de três técnicos;
- . Seminário “Carta de Mégaride 94 e Cidades do Século XXI” em 17.09.97, com o objetivo de alimentar o debate sobre o destino das cidades latino-americanas às portas do 3º milênio e divulgar o conteúdo da Carta de Mégaride 94 na América Latina. A SEPLAM contribuiu com a elaboração de documento para apresentação no Seminário “Cooperação Internacional para Recuperação do Habitat na América Latina, - Carta de Mégaride 94 e Cidades do Século XXI”;
- . Seminário “Agenda Habitat e as Cidades” em 29 e 30.10.97;
- . I Conferência Nacional de Educação Ambiental promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, realizado em Brasília;
- . I Seminário de Educação Ambiental, promovido pela Secretaria de Educação do Estado;
- . Seminário de Meio Ambiente e Interdisciplinaridade, promovido pela Petrobrás, CRA, IBAMA e CBPM, participando como palestrante e ouvinte;
- . I Seminário do Projeto “O Conpet nas Escolas” (Conservação de Petróleo e Energia), promovido pela Petrobrás;
- . Seminário Nacional “A Caminho da Agenda 21” promovido pelo CRA;
- . elaboração de documento para participação no IV Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, realizado de 24 a 28.11.97 em Salvador – Ba;
- . elaboração de documento para participação no Seminário “Salvador 450 Anos, a Caminho do Século XXI” promovido pela Câmara Municipal de Salvador em novembro/97;
- . Fórum Ibero-americano e do Caribe sobre Melhores Práticas Relativas a Assentamentos Humanos;
- . Seminário sobre Conforto Ambiental e Conservação de Energia;
- . Reunião Subregional no Brasil do Fórum Ibero-americano e do Caribe sobre as Melhores Práticas referentes a Assentamentos Humanos, no Rio de Janeiro de 17 a 19.11.97;
- . Congresso de Informática InfoBahia/97, na Área de Geoprocessamento;

3. IMPRENSA

A presença da SEPLAM na imprensa é destacada, através de levantamento da nossa assessoria de imprensa, constando de quantidade de matérias produzidas e seus aproveitamentos, destacando-se os principais temas abordados.

Produção de Textos

Durante o ano de 1997 a Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico produziu 106 (cento e seis) textos, resultando numa média de 8.8 textos ao mês. Destes, 91 (noventa e um) foram matérias jornalísticas, 04 (quatro) esclarecimentos sobre denúncias publicadas na imprensa, 05 (cinco) informações à imprensa, 04 (quatro) convocações de coletivas à imprensa, 01 (uma) convocação para a imprensa acompanhar uma blitz da fiscalização de poluição sonora e 01 (uma) matéria especial para o jornal do IAB/Ba - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia, sobre a revitalização da orla de São Tomé de Paripe.

Aproveitamento nos Jornais de Salvador

Os jornais locais publicaram ao longo do ano 171 (cento e setenta e uma) reportagens, citações, denúncias ou cartas de leitores sobre as atividades específicas da SEPLAM, aproximadamente duas matérias para cada release enviado aos jornais.

Temas mais Abordados

A Poluição Sonora e a Relocação dos Ambulantes foram os temas que mereceram maior destaque nos jornais durante 1997. Das 171 matérias

publicadas 62 (sessenta e duas), cerca de 1/3, trataram desses assuntos, conforme especificado abaixo:

1. Poluição Sonora

Jornal “A Tarde” - 29 publicações.

- * 12 denúncias;
- * 6 ações desenvolvidas pela SEPLAM;
- * 4 críticas positivas;
- * 2 críticas negativas;
- * 5 notas variadas.

Jornal “Correio da Bahia” - 4 publicações.

- * 2 ações desenvolvidas pela SEPLAM;
- * 1 denúncia;
- * 1 nota.

Jornal “Tribuna da Bahia” - 3 publicações.

- * 2 ações desenvolvidas pela SEPLAM;
- * 1 denúncia.

Jornal “Bahia Hoje” - 2 publicações.

- * 2 ações desenvolvidas pela SEPLAM.

Total: 38 publicações

2. Relocação dos Ambulantes

Jornal “A Tarde” - 13 publicações.

- * 11 ações desenvolvidas pela SEPLAM;
- * 1 crítica positiva;
- * 1 denúncia.

Jornal “Correio da Bahia” - 7 publicações.

- * 7 ações desenvolvidas pela SEPLAM.

Jornal “Tribuna da Bahia” - 4 publicações

* 4 ações desenvolvidas pela SEPLAM.

Total: 24 publicações

Publicação em Revista de Circulação Nacional.

Revista Veja.

Concedida uma entrevista pelo Secretário do Planejamento que subsidiou uma matéria sobre invasões de colarinho branco em Salvador.

Emissoras de Televisão

Foram concedidas pelo Secretário do Planejamento, a pedido das redações, entrevistas exclusivas, ao vivo ou gravadas, para os principais programas jornalísticos das emissoras locais de televisão.

Vale destacar que apenas foram computadas as entrevistas especiais concedidas pelo Secretário do Planejamento.

TV Bahia.

- Jornal da Manhã: 1 entrevista ao vivo e duas entrevistas especialmente gravadas para o programa.

TV Bandeirantes

- Jogo Aberto: foram concedidas três entrevistas, uma ao radialista Raimundo Varela e duas ao radialista Mário Kérsztz.

TV Itapoan (Record)

- Balanço Geral: 1 entrevista

- Detalhes: 2 entrevistas

TV Aratu

Mário Kérsztz: 1 entrevista

TVE

Economia e Política: 4 entrevistas

Total: 14 entrevistas

Outras Atribuições

- participação em duas reuniões de assessores de imprensa dos órgãos municipais, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre, realizadas pela SECOM;
- viagem a Porto Alegre no mês de julho para estudar o trabalho de comunicação voltado para a Ecologia realizado pela Rádio Gaúcha;
- participação de um debate sobre o Rádio Baiano promovido pela Câmara Municipal de Salvador;
- duas matérias de campo sobre o trabalho desenvolvido pela Fiscalização de Poluição Sonora;
- matéria de campo sobre as Áreas de Relocação Provisória dos ambulantes;
- matéria de campo sobre a invasão do Bairro da Paz.